



AÇÃO PENAL

16ª edição: Revista, atualizada e ampliada

DAVI ANDRÉ COSTA SILVA



“
Nessa obra, abordaremos os principais **aspectos** da **Ação Penal**. Trata-se de tema rico em detalhes, que merece constante vigilância quanto à atualização.”

Sumário

Capítulo I - Disposições gerais	08
Seção I - Disposições preliminares	08
1. Conceito	08
2. Fases da persecução criminal (localização do tema)	08
3. Evolução histórica da ação penal no Brasil	08
4. Fundamento principiológico constitucional	08
5. Posição legal e natureza jurídica	08
6. Características da ação penal	09
7. Espécies de ação penal	09
Seção II - Principiologia que envolve a ação penal	10
Subseção I - Princípios comuns ou gerais	10
1. Princípio da intranscendência	10
2. Princípio do “ne procedat iudex ex officio”	10
3. Princípio do “ne (non) bis in idem”	10
Subseção II - Princípios da ação penal pública	11
1. Princípio da obrigatoriedade	11
2. Princípio da indisponibilidade	12
3. Princípio da [in] divisibilidade	13
4. Princípio da oficialidade	13
5. Princípio da oficiosidade	13
6. Princípio da autoritariedade	13
Subseção III - Princípios da ação penal privada	14
1. Princípio da oportunidade	14
2. Princípio da disponibilidade	14
3. Princípio da indivisibilidade	14
3.1 Solução em caso de omissão do querelante	15
Seção III - Condições da ação penal	16
Subseção I - Disposições preliminares	16
1. Fundamento teórico	16
2. Condições gerais da ação no processo brasileiro	16
Subseção II - Condições gerais ou genéricas	16
Subseção II.1 - Condições gerais da ação à luz da teoria geral do processo	16
1. Possibilidade jurídica do pedido	17
2. Interesse de agir	17
3. Legitimidade das partes	18
3.1 Legitimidade ativa	18
3.2 Legitimidade passiva	19
3.2.1 Classificação	19
3.2.2 A questão da responsabilidade penal da pessoa jurídica	19
3.2.2.1 Previsões constitucionais	19
3.2.2.2 Regulamentação infraconstitucional	19
3.2.2.3 Teorias acerca da possibilidade de responsabilização criminal da pessoa jurídica	19
3.2.2.4 A questão da [des]necessidade da dupla imputação (ou imputação paralela)	20
4. Justa causa	20
4.1 Justa causa duplicada	20
4.2 Justa causa triplicada	20
5. Originalidade (ou unicidade) da ação	21
Subseção II.2 - Condições gerais da ação segundo as categorias próprias do processo penal	21
1. Prática de fato aparentemente criminoso – “fumus commissi delicti”	21
2. Punibilidade concreta	21
3. Legitimidade de parte	21
4. Justa causa	21

Subseção III - Condições especiais ou específicas	21
1. Representação do ofendido	21
2. Requisição do Ministro da Justiça nas hipóteses legais	21
3. Autorização da Câmara dos Deputados para processar o Presidente da República	22
4. Prévia perícia nos crimes contra a propriedade imaterial	22
5. Novas provas quando o inquérito policial tiver sido arquivado por ausência de elementos probatórios	22
6. Novas provas depois da sentença de impronúncia	22
7. Trânsito em julgado da sentença que, por motivo de erro ou impedimento, anule o casamento	22
Subseção IV - Condições objetivas de punibilidade	22
1. Ingresso do agente no território nacional	22
2. Prévia decretação da falência ou que concede a recuperação judicial ou a recuperação extrajudicial nos crimes falitários	23
3. Prévio esgotamento da via administrativa com o lançamento definitivo do tributo nos crimes materiais de sonegação fiscal	23
Subseção V - Escusas absolutórias	24
1. Escusa absolutória em crimes patrimoniais	24
2. Escusa absolutória no crime de favorecimento pessoal	24
Capítulo II - Ação penal [de iniciativa] pública	24
Seção I - Disposições gerais	24
1. Titularidade	24
2. Classificação	24
Seção II - Ação Penal pública incondicionada	24
Seção III - Ação penal pública condicionada à representação	24
1. Conceito e finalidade	24
2. Natureza jurídica	24
3. Forma de identificar	24
4. Formas de representação	25
5. Desnecessidade de formalismo	25
6. Destinatários	25
7. Legitimidade – quem pode oferecer a representação?	25
8. Prazo para oferecer a representação	25
9. Retratação	26
10. Retratação da retratação	26
11. Renúncia à representação	26
12. Eficácia objetiva (extensão) da representação	26
13. Não-vinculação do Ministério Público	26
Seção IV - Ação penal pública condicionada à requisição do Ministro da Justiça	26
1. Conceito e finalidade	26
2. Natureza jurídica	27
3. Hipóteses de cabimento	27
4. Prazo	27
5. Endereçamento	27
6. Retratação (reconsideração)	27
7. Não-vinculação do Ministério Público	27
Capítulo III - Ação penal [de iniciativa] privada	27
Seção I - Disposições gerais	27
1. Titularidade	27
2. Peça acusatória	28
3. Modo de identificar	29
Seção II - Ação Penal privada exclusiva	29
1. Outras denominações	29
2. Modo de identificar	29
Seção III - Ação penal privada personalíssima	29
1. Razão da denominação (justificativa do “nomem juris”)	29
2. Hipótese de cabimento	29
3. Condição de procedibilidade	29
4. Prazo	29

5. A morte do ofendido como causa de extinção da punibilidade do réu.....	29
Seção IV - Ação penal privada subsidiária da pública	30
1. Outras denominações	30
2. Fundamento constitucional.....	30
3. Previsões legais	30
4. Cabimento	30
5. Prazo.....	30
6. Incompatibilidade com os crimes vagos.....	30
7. Possibilidades (poderes) do Ministério Público.....	30
8. Inaplicabilidade do princípio da disponibilidade	31
Seção V - Causas impeditivas e extintivas da ação penal privada	31
Subseção I - Causas impeditivas da ação penal privada	31
Subseção I.1 - Decadência	31
1. Conceito.....	31
2. Fundamento principiológico	31
3. Oportunidade.....	31
4. Extensão dos efeitos	31
5. Prazo	31
6. Forma de contagem do prazo	31
7. Decadência no crime continuado e habitual	31
8. Características do prazo.....	32
Subseção I.2 - Renúncia.....	32
1. Conceito.....	32
2. Características.....	32
3. Espécies	32
4. O recebimento de indenização pelo dano decorrente do crime acarreta renúncia?	32
Subseção II - Causas extintivas da ação penal privada	32
Subseção II.1 - Perdão do ofendido	32
1. Conceito.....	32
2. Características.....	33
3. Espécies	33
Subseção II.2 - Perempção	33
1. Conceito.....	33
2. Fundamento principiológico	33
3. Cabimento	33
4. Oportunidade.....	33
5. Extensão dos efeitos	33
6. Hipóteses ou causas de perempção	33
7. A questão do não-comparecimento da vítima à audiência de conciliação	33
Capítulo IV - Peças acusatórias	33
Seção I - Disposições gerais	33
1. Denominação das peças acusatórias.....	33
2. Destinatário das peças acusatórias	33
3. Formalidade das peças acusatórias.....	34
Seção II - Requisitos da denúncia e da queixa	34
1. Requisitos legais	34
1.1 Exposição do fato criminoso	34
1.2 Qualificação do acusado	35
1.3 Classificação do crime	35
1.4 Rol das testemunhas	35
1.5 Identificação da classificação dos requisitos legais	36
2. Outros requisitos.....	36
Seção III - Rejeição da denúncia e da queixa-crime	36
1. Hipóteses legais de rejeição	36

1.1 Manifesta inépcia	37
1.2 Falta de condições da ação	37
1.3 Falta de pressuposto processual	37
1.4 Falta de justa causa	37
2. A questão da rejeição parcial	37
3. Recursos	37
Seção IV - Recebimento da denúncia e da queixa-crime	38
1. A questão da necessidade de fundamentação do recebimento da peça acusatória	38
2. A questão da possibilidade de reconsideração do recebimento da peça acusatória	38
3. Recebimento fático da peça acusatória	38
4. Recurso contra o recebimento da peça acusatória	38
Seção V - Aditamento da denúncia e da queixa-crime	39
1. Conceito	39
2. Espécies de aditamento	39
2.1 Quanto ao conteúdo ou finalidade do aditamento	39
2.1.1 Aditamento próprio	39
2.1.2 Aditamento impróprio	39
2.2 Quanto à oportunidade (iniciativa ou voluntariedade) do aditamento	39
2.2.1 Aditamento espontâneo	39
2.2.2 Aditamento provocado	39
3. Legitimação para a promoção do aditamento da denúncia	40
4. A questão do aditamento da queixa-crime	40
4.1 Aditamento da queixa-crime pelo Ministério Público	40
4.2 Aditamento da queixa-crime pelo querelante	40
5. Interrupção da prescrição	41
6. Sistema recursal	41
Capítulo V - Outras classificações de ações	41
1. Ação penal popular	41
2. Ação penal pública subsidiária da pública	42
3. Ação penal ex officio ou processo judicialiforme	42
4. Ação penal de prevenção ou ação de prevenção penal	43
5. Ação penal adesiva	43
6. Ação penal secundária	43
7. Ação penal extensiva	43
8. Ação penal originária	44
9. Ação penal indireta	44
Capítulo VI - A natureza da ação penal em infrações penais diversas	44
Seção I - Ação penal nos crimes contra a dignidade sexual	44
Seção II - Ação penal nos crimes patrimoniais	45
1. Furto de coisa comum	45
2. Estelionato	45
2.1 Evolução legislativa	45
2.2 Natureza da norma	45
2.3 Direito intertemporal e reflexos da Lei 15.397/2026	45
3. Esbulho possessório	46
4. Dano	46
5. Introdução ou abandono de animais em propriedade alheia	46
6. Fraude à execução	46
Seção III - Ação penal nos crimes contra a honra	46
1. Regra	46
2. Injúria real	46
3. Injúria preconceituosa	46
4. Crime contra a honra do Presidente e de Chefes de Governos Estrangeiros	47
5. Crime contra a honra de funcionário público, em razão de suas funções, ou contra os Presidentes do Senado Federal, da	47
6. Crimes eleitorais contra a honra	47
7. Crimes militares contra a honra	47
Seção IV - Ação penal nos crimes de lesão corporal	47
1. Lesão corporal dolosa grave e gravíssima	47

2. Lesão corporal dolosa leve ou culposa	47
3. Lesão corporal culposa de trânsito	48
4. Com violência doméstica e familiar contra a mulher	48
5. Contra a criança e o adolescente.....	48
Seção V - Ação penal na contravenção de vias de fato	48
Seção VI - Ação penal no crime de invasão de dispositivo informático	48
Seção VII - Ação penal nos crimes de sonegação fiscal	49
Seção VIII - Ação penal nos crimes do Estatuto da Pessoa Idosa	49
Seção IX - Ação penal nos crimes do Estatuto da Criança e do Adolescente	49
Seção X - Ação penal nos crimes de abuso de autoridade	49

Seção XI - Ação penal no crime de ameaça	49
1. Regra	49
2. Razões da condição do sexo feminino	49
 Obras consultadas e/ou citadas	 50